

Comperj: empresas terão que gerar empregos para todas as fases

Lei vale para quem recebe isenção do ICMS. Medida inclui construção, implantação, pré-operação e operação

As empresas que recebem isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - por integrem o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), incluindo a Petrobras - deverão gerar ao menos 3.500 empregos diretos ou terceirizados, prioritariamente, aos moradores dos municípios que pertencem ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (ConLeste). A medida valerá para as fases de construção, implantação, pré-operação e operação do complexo. É o que define a Lei 8.707/2020, do deputado Anderson Alexandre (Solidariedade), e que foi sancionada pelo governador Wilson Witzel e publicada pelo Diário Oficial do Executivo, nesta terça-feira (21).

A isenção de ICMS para as operações e obras no Comperj foi instituída pela Lei 5.592/09. A norma já determinava que as empresas gerassem 3.500 empregos diretos ou indiretos para receberem o benefício. No entanto, a determinação era somente para a fase de operação do complexo.

A isenção de ICMS para as operações e obras no Comperj foi instituída pela Lei 5.592/09

Segundo Anderson Alexandre, as mudanças na legislação foram necessárias para efetivamente gerar emprego nos municípios próximos ao Comperj. “A inclusão das fases de construção, implantação e pré-operação é fundamental. Principalmente para evitar que a empresa de construção civil, que está atuando no local, contrate pessoas de outros estados”, esclareceu o parlamentar. **Comperj** - O Comperj é localizado em Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio. Ao todo, os 15 municípios que integram o ConLeste são: Araruama; Cachoeiras de Macacu; Casimiro de Abreu; Guapimirim; Itaboraí; Magé; Maricá; Niterói; Nova Friburgo; Rio Bonito; São Gonçalo; Saquarema; Silva Jardim; Tanguá e Teresópolis. ■



Divulgação

Com grande potencial, a retomada do Comperj é vista com bom olhos por trabalhadores e também para a economia do país que segue respirando o petróleo

PGM pede reabertura da Avenida Niemeyer

Com as obras emergenciais concluídas na Avenida Niemeyer, a Procuradoria Geral do Município (PGM) do Rio de Janeiro foi à Justiça pedir a reabertura da via. Conforme petição do dia 10 de janeiro deste ano, solicitando à 3ª Vara de Fazenda Pública a suspensão da medida liminar que fechou a Avenida em 28 de maio de 2019, estão afastados os riscos de escorregamento das camadas superficiais da encosta – fato comprovado nos últimos dias de chuva, quando a Avenida Niemeyer mostrou-se segura após as intervenções realizadas.

“Tivemos dias de fortes chuvas este ano sem qualquer ocorrência. Isso demonstra a segurança da via e a efetividade das nossas intervenções”, assinala o Secretário Municipal de Infraestrutura Habitação e Conservação, Sebastião Bruno.

Na petição, a PGM também destacou decisão judicial de 31 de maio de 2019, afirmando que a medida liminar “poderá ser revista diante da comprovação por parte do Município da conclusão das obras de limpeza e recuperação das

Ao todo, a Prefeitura investiu mais de R\$ 34 milhões em 56 pontos ao longo de toda a vida

áreas de escorregamento e prevenção de novos acidentes, de forma que tais áreas deixem de oferecer risco à população”.

De acordo com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação (SMIH), o escopo das obras emergenciais feitas pela Prefeitura do Rio na Avenida Niemeyer já foi concluído. Ao todo, a Prefeitura investiu mais de R\$ 34 milhões em 56 pontos de intervenções ao longo de toda a vida, até a comunidade do Vidigal.

Foram realizadas, entre outras obras, a colocação de drenos profundos, o restabelecimento do sistema de drenagem, a eliminação de contribuição de esgoto e a instalação de muros de contraforte, telas grampeadas, chumbadores e cortinas atirantadas. ■

Obras de urbanização avançam em Maricá

Mais uma lagoa de Maricá vai ganhar uma orla urbanizada: desta vez, os moradores do Parque Nanci serão contemplados com uma grande área de lazer, cujas obras estão em ritmo acelerado e devem ser concluídas até o fim de fevereiro, após algumas interrupções ocorridas no ano passado.

No local, de acordo com a autarquia Serviços de Obras de Maricá (Somar), estão sendo construídas quadra poliesportiva, pista de atletismo, rampa de acesso para jet-skis, quadras de vôlei de areia,

campo de futebol, chafariz e horta comunitária. A área também vai receber tratamento paisagístico, iluminação especial e um canal que interligará a lagoa do Parque Nanci com a de Itapeba (próximo ao bar João Português).

Para Davi Costa Alves, que mora no bairro há mais de 30 anos, antes mesmo da conclusão as obras já valorizaram o local e serão benéficas para adultos e crianças do bairro. Segundo ele, até mesmo a quantidade de mosquitos nas casas já diminuiu, graças à limpeza da região. ■

Paquetá: governo do Estado recebe moradores após protesto

Sugestões para mudanças nas barcas serão avaliadas pelo governo

Moradores de Paquetá se reuniram, após um protesto nesta terça-feira (21), com representantes do Governo do Estado para apresentar sugestões sobre a nova grade de horários que será implantada pela CCR Barcas no próximo dia 25, nas linhas Arariboia, Cocotá e Paquetá. Até sexta-feira (24) uma nova reunião será realizada para discutir a questão. A Defensoria Pública do Estado, no entanto, informou que vai recorrer da decisão que determina a alteração no horário das viagens.

Integrantes da Associação de Moradores de Paquetá, do Conselho Comunitário de Segurança e do Polo Paquetá - Cultura e Turismo entregaram um ofício com os pleitos referentes à grade de horários da linha aquaviária. O documento foi recebido pela subsecretária de Mobilidade e Integração Modal da Secretaria de Estado de Transportes, Paula Azem; o subsecretário da Casa Civil e Governança, Carlos Alberto Lopes; e o subsecretário Militar, coronel



Reprodução Twitter

Uma nova reunião entre as partes deve acontecer até sexta-feira

Aristeu Leonardo Tavares.

Durante o encontro ficou acordado que as sugestões dos moradores serão levadas ao secretário de Transportes, Delmo Pinho, e da Casa Civil, André Moura. Até sexta, uma nova reunião ocorrerá para dar prosseguimento às discussões.

A nova programação que entrará em vigor no sábado (25) foi proposta pela Secretaria de Estado de Transportes e aceita

pela Justiça, em audiência realizada na 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro.

Na ocasião, usuários pediam o fim da triangulação nos dias úteis entre a linha Paquetá, Praça XV e Cocotá, o que aumentaria em quase duas horas o tempo de percurso. Por conta disso, foram observados os horários de entrada e saída de professores, estudantes e médicos. O pedido foi levado

em conta na elaboração da nova grade e, dessa forma, todas as viagens entre Paquetá e Praça XV ocorrerão de maneira direta, sem baldeação.

“A Setrans ressalta que o contrato de concessão do sistema aquaviário apresenta forte desequilíbrio econômico-financeiro, já reconhecido pela Justiça. Um dos problemas enfrentados pela CCR Barcas é a queda no número de passageiros decorrente da ausência de conexões dos ônibus com as barcas, no Centro do Rio, depois que o mergulhão e a perimetral foram desativados”, justificou a secretaria, acrescentando, ainda, que concentrará esforços na tentativa de realizar adequações na grade de horário do fim de semana.

A Defensoria Pública do Estado (DPRJ) informou que vai recorrer da decisão que autorizou a nova grade de horários. Segundo o órgão, a implementação da proposta da Setrans foi aceita pela Justiça sem que houvesse acordo firmados entre as partes. ■

Alerj e diretores de prédios históricos discutem o carnaval

Objetivo é conservar o patrimônio durante os dias de folia no centro do Rio

A um mês do início do carnaval, diretores de prédios históricos, localizados no Centro do Rio, se reuniram nesta

terça-feira (21/01) no Palácio Tiradentes - sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) - para discutir medidas de segurança durante o evento, entre elas o lançamento de uma campanha de conscientização para impedir danos ao patrimônio histórico e cultural, durante a passagem

dos blocos de rua nas proximidades dos monumentos.

Ao todo, quatro megablocos vão circular pelas ruas do Centro da cidade, além dos blocos menores e dos que saem no período pré-carnavalesco. Para controlar os milhares de foliões, o grupo de diretores das instituições, que compõem o Projeto Caminhos do Brasil-Memória, anunciaram que vão marcar uma reunião com a Empresa de Turismo do Município

do Rio de Janeiro (RioTur), com representantes da prefeitura, da Guarda Municipal e da Polícia Militar ainda para esta semana.

“Temos que tornar o centro da cidade uma área segura, principalmente nesse período, e queremos saber como a prefeitura está se planejando para isso. É preciso pensar na colocação de tapumes em todos os prédios históricos e em medidas de contingenciamento. Queremos também firmar um

acordo com essas instituições para que eles deem uma segurança maior para esses espaços históricos. Somos a favor do carnaval, mas precisamos ficar atentos a degradação do patrimônio público”, afirmou o subdiretor de Cultura da Alerj, Nelson Freitas.

No início de janeiro deste ano, o Palácio Tiradentes foi pichado após o cortejo de mais de dez blocos, que levou às ruas cerca de 50 mil foliões. ■